

O SETOR INFORMAL NO BRASIL: METODOLOGIA E PRINCIPAIS RESULTADOS

Angela Filgueiras Jorge¹ e Lucília Valadão²

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo apresentar algumas informações que foram captadas na pesquisa Economia Informal Urbana (ECINF), implementada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), bem como a metodologia que foi utilizada para a realização da pesquisa. A definição do setor informal, delimitação do universo da pesquisa e a metodologia utilizada são especificadas. Além de traçar um perfil das empresas do setor informal, são apresentadas as características das pessoas ocupadas, tanto em termos dos empregados, quanto dos proprietários.

Palavras-chave: setor informal; Brasil.

ABSTRACT

This paper show the main results of the survey Urban Informal Economy (ECINF) of the Brazilian Central Statistical Office (IBGE), as well as the methodology used in the survey. A definition of the informal sector, the boundaries of the universe of the survey and the methodology are taken in consideration in this article. This present essay draws a profile of the enterprises of the informal sector and the characteristics of the persons occupied in the undertakings of the informal sector, both in terms of the employees and of the owners.

Key-words: informal sector; Brasil.

1. Economista do Departamento de Emprego e Rendimento do IBGE, e-mail: angel@ibge.gov.br.

2. Chefe do Departamento de Emprego e Rendimento do IBGE, e-mail: lucilia@ibge.gov.br.

INTRODUÇÃO

O setor informal tem sido apontado, notadamente a partir dos anos 90, como o segmento que mais cresce, principalmente nos centros urbanos, em virtude de constantes crises porque tem passado o mercado formal de trabalho. O IBGE realizou em 1997 a primeira pesquisa em âmbito nacional, especificamente desenhada para conhecer as características que distinguem o setor informal, gerando informações que apoiem a formulação e avaliação de políticas públicas voltadas para o setor. Foram pesquisados os empreendimentos que tinham como proprietários os trabalhadores por conta própria e os empregadores com no máximo cinco empregados que desenvolviam atividades não-agrícolas.

A pesquisa Economia Informal Urbana foi concebida com a finalidade de produzir informações para o estudo e planejamento do desenvolvimento socioeconômico do país. Seus principais objetivos foram: identificar as atividades econômicas desenvolvidas em unidades produtivas, que deixavam de ser captadas ou eram captadas apenas parcialmente pelas fontes estatísticas disponíveis; dimensionar o peso real destas atividades em termos da geração de oportunidades de trabalho e rendimento; ampliar a base de informações necessárias para o Sistema de Contas Nacionais; e subsidiar os estudos sobre condições de trabalho e remuneração, em particular aqueles relacionados às situações de pobreza urbana no país.

Os resultados da pesquisa mostraram que no Brasil, em outubro de 1997, existiam 9.477.973 empresas informais, a maior parte na região sudeste, que ocupavam 12.870.421 pessoas entre as quais trabalhadores por conta própria, pequenos empregadores, empregados com e sem carteira de trabalho assinada e trabalhadores não-remunerados.

Este trabalho tem como objetivos apresentar a metodologia que foi utilizada para a realização da pesquisa sobre economia informal do IBGE, bem como algumas informações que foram captadas, principalmente em termos do mercado de trabalho do setor informal. A primeira seção apresenta a definição do setor informal e delimitação do universo da pesquisa; a segunda especifica a metodologia utilizada e a terceira traça um perfil das principais características das empresas do setor informal. Na quarta seção são apresentadas as características das pessoas ocupadas nas empresas do setor informal, tanto em termos dos empregados quanto dos proprietários. Por último, as considerações finais.

1. DEFINIÇÃO DE SETOR INFORMAL E DELIMITAÇÃO DO UNIVERSO DE PESQUISA

A implantação da pesquisa Economia Informal Urbana (ECINF), abrangendo todos os domicílios situados em áreas urbanas no Brasil, ocorreu em 1997 em todas as unidades da federação. Esta pesquisa deverá ser realizada a cada cinco anos pelo IBGE.

Ainda não existe um acordo geral sobre o significado e alcance exatos do conceito de setor informal, pois sua magnitude, natureza e composição variam entre diferentes regiões e países de acordo com o nível de desenvolvimento e a estrutura de suas economias. Entretanto, com base nas recomendações da 15^a Conferência de Estatísticos do Trabalho promovida pela Organização Internacional do Trabalho - OIT³, em janeiro de 1993, considerou-se que:

- para delimitar o âmbito do setor informal o ponto de partida era a unidade econômica – entendida como unidade de produção – e não o trabalhador individual ou a ocupação por ele exercida;
- faziam parte do setor informal as unidades econômicas não-agrícolas que produziam bens e serviços com o principal objetivo de gerar emprego e rendimento para as pessoas envolvidas, sendo excluídas aquelas unidades engajadas apenas na produção de bens e serviços para autoconsumo;
- as unidades do setor informal caracterizavam-se pela produção em pequena escala, baixo nível de organização e pela quase inexistência de separação entre capital e trabalho, enquanto fatores de produção;
- embora útil para propósitos analíticos, a ausência de registros não serviu de critério para a definição do setor informal na medida em que o substrato da informalidade se refere ao modo de organização e funcionamento da unidade econômica, e não a seu *status* legal ou às relações que mantém com as autoridades públicas. Havendo vários tipos de registro, esse critério não apresentava uma clara base conceitual; não se prestava a comparações históricas e internacionais e poderia levantar resistência junto aos informantes; e
- a definição de uma unidade econômica como informal não dependia do local onde era desenvolvida a atividade produtiva, da utilização de ativos fixos, da duração das atividades das empresas (permanente, sazonal ou ocasional) e do fato de tratar-se da atividade principal ou secundária do proprietário da empresa.

3. Statistics of Employment in the informal sector - Report III - International Labour Organization, 1993.

Na operacionalização estatística desta definição, decidiu-se que pertenciam ao setor informal, todas as unidades econômicas de propriedade de trabalhadores por conta própria e de empregadores com até 5 empregados, moradores de áreas urbanas, sejam elas a atividade principal de seus proprietários ou atividades secundárias.

Como consequência desta definição operacional, uma primeira limitação da pesquisa resultou de seu recorte urbano. Assim sendo, ela deixou de cobrir as atividades não agrícolas desenvolvidas por moradores de domicílios em áreas rurais – de que servem de exemplo a pequena indústria alimentar, artesanato, confecção e serviços – e que, em virtude de seu próprio modo de organização e do cálculo econômico que as rege, deveriam, a rigor, estar incluídas no espectro da economia informal. Justificavam tal procedimento a significativa elevação dos custos operacionais que a cobertura de domicílios rurais acarretaria para a pesquisa e a evidência empírica de que era nos grandes centros urbanos que se concentrava a parcela mais expressiva da economia informal.

Deve-se esclarecer, ainda, que o conjunto de pessoas ligadas a atividades ilegais dificilmente poderiam ser captadas por uma pesquisa como esta. Com o que o espectro desta se reduzia ao conjunto de práticas econômicas “socialmente aceitas”, levadas a efeito por indivíduos domiciliados.

Na definição operacional das unidades produtivas a serem consideradas na economia informal, foram consideradas como objeto de pesquisa aquelas que operassem com até 5 empregados, independentemente do número de proprietários ou trabalhadores não remunerados. Como qualquer outro, o corte no número de empregados é também um corte arbitrário. Reconhece-se que o caráter informal de uma determinada atividade não é dado apenas por seu tamanho, mas, principalmente, pela particular divisão técnica e social do trabalho, que ali se estabelece. Admite-se, contudo, que essa divisão tende a passar também pelo número de pessoas ocupadas e se fixa o mesmo corte já adotado por diversos estudos sobre a economia informal.

A decisão de investigar, em profundidade, os informantes que se autclasificavam como empregadores (com até 5 empregados) e trabalhadores por conta própria, em qualquer de suas situações de trabalho, foi outro fato a ser considerado. Significava reconhecer que os indivíduos poderiam participar da economia informal, seja através de seu trabalho principal, seja do secundário.

Os trabalhadores domésticos, embora pertencentes ao setor informal, não foram objeto da pesquisa por considerar-se que as informações relevantes para esta categoria são exaustivamente pesquisadas anualmente pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios-PNAD.

2. METODOLOGIA DA PESQUISA

A pesquisa Economia Informal Urbana (ECINF) é uma pesquisa por amostra de domicílios, situados em áreas urbanas, onde se buscava identificar os trabalhadores por conta própria e empregadores com até 5 empregados em pelo menos uma situação de trabalho. Estes indivíduos, proprietários de unidades econômicas pertencentes ao âmbito da economia informal, deveriam prestar informações detalhadas sobre as características de organização e funcionamento de seus empreendimentos.

A pesquisa foi realizada em duas etapas. Na primeira – Listagem – foi feito um cadastro exaustivo dos domicílios, situados nos setores selecionados para a amostra, em que residiam proprietários de unidades produtivas informais, como veremos a seguir. Na segunda etapa, as entrevistas foram realizadas nos domicílios. Procurou-se combinar, no corpo do questionário, perguntas referentes não apenas ao indivíduo, mas também à firma ou ao negócio que operava, reconhecendo a existência, na prática, de empresas individuais e familiares e rompendo, com isso, a rigidez de barreiras entre pesquisas domiciliares e pesquisas de estabelecimentos.

2.1 - O desenho da amostra⁴

A ECINF foi realizada por meio de uma amostra probabilística de domicílios, obtida em dois estágios de seleção, com estratificação das unidades primárias (setores urbanos) e seleção com probabilidade proporcional ao total de domicílios ocupados existentes na época do Censo Demográfico de 1991, e teve como unidades secundárias os domicílios com moradores ocupados como conta própria ou como empregadores com até cinco empregados. Esses domicílios foram estratificados por

4. Para conhecer mais detalhadamente aspectos relacionados à amostragem consulte ALMEIDA e BIANCHINI, (1998).

grupo de atividade objeto da pesquisa e selecionados com equiprobabilidade em cada estrato.

Na medida em que se pretendia obter resultados para cada uma das Unidades da Federação e, também, para as Regiões Metropolitanas de Belém, Fortaleza, Recife, Salvador, Belo Horizonte, Vitória, Rio de Janeiro, São Paulo, Curitiba e Porto Alegre, além do Município de Goiânia, o plano amostral foi aplicado de forma independente para cada uma dessas áreas, que foram definidas como áreas da pesquisa.

Os setores urbanos foram estratificados, primeiramente, por sua condição geográfica, buscando, desta forma, o espalhamento da amostra para garantir a representação das diversas áreas que compõem as áreas da pesquisa.

A segunda etapa do processo de estratificação das unidades primárias foi realizada dentro de cada estrato geográfico e considerou a média da renda domiciliar de cada setor, convertida em salários mínimos obtida a partir dos resultados definitivos do questionário da amostra do Censo Demográfico de 1991.

A utilização da variável renda na estratificação dos setores objetivou garantir a inclusão na amostra de proprietários do setor informal (conta própria e empregadores com até cinco empregados) provenientes de diversas classes de renda.

Para a determinação do tamanho da amostra, de cada área da pesquisa, estabeleceu-se como variável de dimensionamento o total de proprietários de unidades produtivas do setor informal, que deveria ser estimado com um nível de precisão, expresso pelo coeficiente de variação de cerca de 5%, com exceção das unidades da região Norte, onde, por razões de custo, admitiu-se o coeficiente de variação de 6%.

Nos setores selecionados foi realizada uma operação de listagem que visou identificar os domicílios que faziam parte do universo da pesquisa, isto é, aqueles que tinham moradores ocupados como conta própria ou empregadores com até cinco empregados em atividades não-agrícolas, em qualquer uma de suas situações de trabalho. Além disso, os domicílios de interesse da pesquisa foram classificados segundo o grupo de atividade a que pertenciam.

Uma vez realizada a listagem, os domicílios a serem entrevistados foram selecionados de forma a manter a proporcionalidade entre os diversos grupos de atividade identificados, em cada grupo de atividade. Procurou-se garantir, ainda, a presença dos grupos de atividade mais raros.

2.2 - Primeira etapa da pesquisa: listagem

A operação de listagem, que consiste na geração de uma lista dos domicílios existentes em áreas pré-selecionadas, foi uma etapa fundamental para o bom êxito da pesquisa. Foi nesta fase que se identificaram os endereços dos proprietários do setor informal e as atividades econômicas por eles desenvolvidas. A lista de domicílios onde moravam esses proprietários serviu, então, de base para a seleção da amostra de informantes da pesquisa. Só tinham chance de seleção os domicílios em que foram identificadas atividades informais. Devia-se garantir, portanto, que a lista das unidades domiciliares existentes nos setores selecionados fosse completa e que cada um deles fosse listado apenas uma vez.

Mais do que uma simples relação de endereços das unidades domiciliares, na listagem foi necessário fazer uma pequena entrevista para saber, basicamente, as seguintes informações:

- quais moradores de cada domicílio trabalharam no período de referência;
- entre estes moradores ocupados, quais eram proprietários de unidades econômicas do setor informal, em pelo menos uma situação de trabalho; e
- quais as atividades que esses proprietários do setor informal desenvolviam.

Reconhecendo que num mesmo endereço poderiam morar proprietários do setor informal que desenvolvessem atividades separadas e distintas foi necessário classificar cada domicílio em apenas um grupo de atividade para possibilitar a seleção da amostra.

A atividade do domicílio foi escolhida entre aquelas desenvolvidas por seus moradores que eram proprietários de negócios informais – trabalhadores por conta própria e empregadores com até cinco empregados. Entretanto, como em cada domicílio os diversos moradores podem desenvolver atividades diferentes, houve necessidade de estabelecer uma ordenação de prioridades entre elas. Isso porque, para efeito de seleção da amostra de domicílios, precisávamos dar oportunidade de seleção aos domicílios cujas atividades eram menos frequentes. Caso contrário, sabemos de antemão, que as atividades de prestação de serviços e comércio, que são as mais frequentes entre as pessoas ocupadas e, em especial, no caso de conta própria e pequenos empregadores, teriam maior chance de serem escolhidas. Desse modo, o domicílio foi selecionado por determinada atividade, embora na entrevista, quando

da aplicação do questionário, tenham sido consideradas as outras atividades exercidas pelos demais moradores que eram conta própria ou pequenos empregadores.

Nos 2.340 setores selecionados foram listados 1.079.555 domicílios, sendo que, em 297.904 destes domicílios moravam proprietários do setor informal. A distribuição por atividade econômica no conjunto do Brasil foi da seguinte forma: 10% Indústria de Transformação e Extrativa Mineral; 16% construção civil; 27% comércio; 8% Serviço de Alojamento e Alimentação; 6% Transporte; 23% Prestação de Serviços; 9% Serviços Técnicos e Auxiliares e 1% Outras Atividades. Estas informações podem ser observadas na Tabela 1.

Essa etapa da pesquisa levou cerca de 40 dias para estar concluída. A apuração da listagem e a seleção da amostra ocorreram no período de 30 dias aproximadamente.

Dos 297.904 domicílios listados que possuíam proprietários do setor informal, foram selecionados para compor a amostra 48.934 para a entrevista nos 27 Estados brasileiros.

2.3 - Etapa de entrevista

Na operação de entrevista da ECINF foram utilizados dois tipos de questionário: o primeiro para levantamento de informações de características do domicílio e de seus moradores – Questionário do Domicílio, e o segundo para a investigação das características das unidades produtivas pertencentes ao setor informal e de seus proprietários – Questionário individual⁵.

Questionário do Domicílio – O Questionário do domicílio foi o instrumento utilizado para o levantamento das informações referentes a cada unidade domiciliar selecionada para a amostra e a seus moradores. Seu objetivo foi identificar o número de moradores dos domicílios selecionados e, principalmente, a situação de trabalho para aqueles com 10 anos ou mais de idade. Era preciso confirmar os dados apurados na Listagem, que ocorreu 60 dias antes, para saber se a informação havia sido captada de forma errada ou mesmo se tinha ocorrido uma mudança na situação de trabalho.

5. IBGE (1999), p. 19.

Tabela 1
Distribuição dos domicílios, por atividade econômica
Brasil - 1997

Estados	Domicílios listados	Domicílios com proprietários do setor informal	Indústria de transform. e extração mineral	Construção civil	Comércio	Serviço de alojamento e alimentação	Transporte	Prestação de serviços	Serviços Técnicos e Auxiliares	Outras Atividades
Acre	23.912	6.964	603	1.198	1.882	502	435	1.641	400	303
Alagoas	50.636	13.593	1.267	1.746	4.370	1.012	966	3.160	957	115
Amapá	24.143	6.971	417	1.097	2.087	577	551	1.875	316	51
Amazonas	28.402	7.505	846	1.341	2.515	529	463	1.328	271	212
Bahia	61.553	18.459	1.309	2.829	4.738	1.898	1.107	4.765	1.722	91
Distrito Federal	29.025	7.305	637	963	1.851	761	441	1.629	1.009	14
Ceará	40.964	12.248	1.890	1.346	3.698	899	644	2.718	936	117
Espírito Santo	56.029	13.983	1.263	2.721	3.118	1.243	665	2.730	2.008	36
Goiás	44.313	13.031	1.719	1.923	3.217	866	760	2.993	1.485	68
Maranhão	39.623	13.540	1.561	2.025	4.086	927	941	3.233	635	132
Mato Grosso	37.436	11.331	1.523	2.212	2.564	813	803	2.400	893	123
Mato Grosso do Sul	35.131	9.422	575	2.112	2.484	568	447	2.186	986	64
Minas Gerais	50.172	13.342	1.827	2.130	3.371	927	1.006	2.409	1.527	145
Pará	30.348	10.132	985	1.174	2.898	1.241	502	2.171	1.074	87
Paraíba	48.794	13.961	1.754	1.652	4.572	1.139	736	2.957	1.104	47
Paraná	56.708	15.202	1.419	3.211	3.410	793	971	3.735	1.499	155
Pernambuco	58.648	16.702	1.734	2.052	4.944	1.130	975	3.997	1.686	184
Piauí	34.974	9.932	1.252	1.905	2.883	749	502	1.971	544	126
Rio de Janeiro	45.577	10.934	663	1.905	2.794	874	570	2.667	1.394	67
Rio Grande do Norte	43.324	11.516	1.119	1.749	3.584	866	765	2.774	617	42
Rio Grande do Sul	41.454	10.804	839	1.666	2.568	546	586	3.006	1.551	42
Rondônia	19.920	5.947	735	1.073	1.448	461	468	1.240	475	47
Roraima	13.289	3.698	325	608	1.192	289	224	842	178	40
Santa Catarina	42.802	10.768	1.144	1.754	2.399	521	625	3.206	983	136
São Paulo	51.801	11.819	983	1.992	2.670	974	829	2.928	1.312	131
Sergipe	47.112	12.332	1.431	1.689	3.405	1.232	939	2.690	858	88
Tocantins	23.465	6.463	756	1.050	1.688	575	447	1.351	562	34
Brasil	1.079.555	297.904	30.576	47.123	80.436	22.912	18.368	68.602	26.982	2.697

Fonte: IBGE.

Buscou-se identificar, por meio da situação de trabalho, os moradores que desenvolviam algum trabalho, em atividades não-agrícolas, como conta própria ou empregadores com até cinco empregados: os proprietários das unidades produtivas pertencentes ao setor informal.

A identificação da população ocupada, por sua vez, permitiu distinguir e dimensionar o contingente de pessoas que eram proprietárias de unidades econômicas informais e que prestariam informações detalhadas no 2^o Questionário. Nesse sentido, as variáveis mais relevantes foram posição na ocupação e tamanho do empreendimento em que trabalhavam.

Questionário Individual – Este questionário foi aplicado somente aos moradores que foram identificados como empregadores com até cinco empregados ou trabalhadores por conta própria, em pelo menos um dos trabalhos que tinham no mês de referência.

Seu primeiro objetivo foi identificar as atividades desenvolvidas nas pequenas unidades produtivas, para posteriormente excluir as agrícolas. Por intermédio de variáveis como receitas e despesas, equipamentos, instalações e número de pessoas ocupadas foi possível dimensionar a participação destas pequenas unidades na geração da produção e de postos de trabalho. Também foram investigados sua forma de funcionamento e o relacionamento com outras unidades econômicas.

As informações pesquisadas eram de importância fundamental para a mensuração da participação do setor informal na geração de empregos e rendimento, ou seja, de sua contribuição para o PIB.

O nível de organização, formalização e/ou visibilidade dessas unidades econômicas pode ser apreendido de várias formas, entre as quais a regularização propriamente dita do negócio (constituição jurídica e registro junto às autoridades públicas), o tipo de contabilidade adotada para registro das transações, a composição do quadro do pessoal ocupado e o local onde se desenvolve a atividade.

A evidência de um grande número de “sócios”, nos resultados trazidos pelos Censos Econômicos de 1985 – Volume Microempresas, alertou para a possibilidade de que o mesmo viesse a ocorrer com as atividades englobadas pela economia informal. No caso de empresas familiares, cujas atividades se desenvolvem no âmbito doméstico, havia facilidade de identificar a sociedade e evitar duplicação. O problema

surge com “sociedades”, provavelmente mais frequentes no contexto urbano, em que os parceiros residem em domicílios diferentes, daí a necessidade de investigar a existência de sócios até para definir o peso para expansão das estimativas.

Partindo do pressuposto de que uma das características básicas do setor informal é a forte identificação entre a unidade produtiva e o produtor direto, procurou-se, também, extrair do informante a visão que tinha de seu próprio empreendimento e de suas perspectivas econômicas. Nesse sentido, buscou-se levantar os principais problemas que vinham enfrentando para manter o negócio, em que medida foi este afetado pela conjuntura recessiva dos últimos anos e quais os planos para o futuro (expansão/retração/manutenção do nível de atividade ou fechamento do negócio).

Na última parte do questionário, as características individuais dos proprietários foram as variáveis pesquisadas. As características do último trabalho que cada informante teve (atividade do negócio, posição na ocupação, etc.) possibilitam estudos específicos sobre a origem e a trajetória dos proprietários das unidades pertencentes ao setor informal.

Por outro lado, o exame das pré-condições para o ingresso na atual atividade e do tempo de permanência nesta, permite avaliar em que medida a hipótese levantada em vários estudos quanto à “inexistência de barreiras à entrada no setor informal” aplica-se à realidade brasileira.

Levantaram-se, ainda, características de migração e nível de escolaridade, variáveis fundamentais para qualquer análise relativa ao mercado de trabalho.

Por fim, para as pessoas que tinham dois ou mais trabalhos, foram feitas perguntas sobre o trabalho em que a pessoa não era conta própria ou pequeno empregador.

Essa etapa da pesquisa foi concluída em 43 dias. Do total de domicílios selecionados foram realizadas entrevistas com proprietários do setor informal em 76% e em 18% foi constatada uma mudança de situação de moradores que eram proprietários do setor informal na época da listagem e o deixaram de ser na época da entrevista ou por mudança dos moradores para outro domicílio e os atuais moradores daquele domicílio selecionado não pertenciam ao setor informal. Na pesquisa de 1997 foi introduzida uma pergunta relativa a situação de trabalho dos moradores, com o intuito de investigar se houve essa mudança de situação, ou se realmente a informação foi captada de forma incorreta na época da listagem.

O percentual de pessoas que mudaram de trabalho foi de 3,5%. Por último cerca de 6% do total foram entrevistas não-realizadas.

A média de entrevistas por setor, foi de cerca de 16 para o conjunto do Brasil, conforme pode ser observado na Tabela 2.

Tabela 2
Domicílios selecionados, entrevistas realizadas e não-realizadas e média de entrevistas por setor
Brasil – 1997

Estados	Total de setores	Total de domicílios selecionados	Entrevistas realizadas		Entrevistas não realizadas	Média de entrevistas por setor
			Pertencentes ao setor informal	Não-pertencentes ao setor informal		
Acre	52	1.103	835	198	70	16
Alagoas	116	2.371	1.769	439	163	15
Amapá	51	1.091	770	212	103	15
Amazonas	61	1.283	929	242	112	15
Bahia	138	2.862	2.217	415	230	16
Distrito Federal	95	1.889	1.316	430	143	14
Ceará	105	2.191	1.749	334	108	17
Espírito Santo	101	2.107	1.551	437	119	15
Goiás	99	2.079	1.592	365	124	16
Maranhão	75	1.569	1.142	327	113	15
Mato Grosso	65	1.393	1.028	274	92	16
Mato Grosso do Sul	58	1.207	939	193	75	16
Minas Gerais	114	2.372	1.846	359	170	16
Pará	68	1.422	1.183	166	72	17
Paraíba	108	2.253	1.776	391	86	16
Paraná	113	2.386	1.856	418	111	16
Pernambuco	129	2.737	2.039	539	159	16
Piauí	76	1.634	1.295	245	88	17
Rio de Janeiro	103	2.155	1.566	437	140	15
Rio Grande do Norte	88	1.853	1.475	315	63	17
Rio Grande do Sul	106	2.244	1.740	407	94	16
Rondônia	48	990	691	230	69	14
Roraima	34	731	456	104	157	13
Santa Catarina	84	1.795	1.344	322	129	16
São Paulo	115	2.329	1.673	449	207	15
Sergipe	100	2.092	1.792	223	94	18
Tocantins	38	796	655	105	36	17
Brasil	2.340	48.934	37.224	8.576	3.127	16

Fonte: IBGE.

2.4 - Expansão da amostra e estimação da precisão das estimativas

O cálculo de totais utilizou o estimador natural do desenho amostral com correção de não-resposta dentro de cada estrato geográfico/renda⁶.

Visando facilitar o processo de estimação para tabulação, calculou-se o peso de cada domicílio com proprietários do setor informal, dentro de cada estrato e grupo de atividade, segundo as probabilidades de seleção a eles associados. Além dos pesos para estimação das características dos proprietários de unidades produtivas do setor informal, calculou-se também o peso usado para estimar as características da unidade produtiva, haja vista que uma única unidade pode ser propriedade de um ou mais sócios sendo, então, necessário aplicar um fator de correção para evitar a superestimação.

3. PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS DAS EMPRESAS DO SETOR INFORMAL

As empresas do setor informal no Brasil, em 1997, pertenciam principalmente aos trabalhadores por conta própria (86% do total de empresas), enquanto que os pequenos empregadores respondiam por 14% do total⁷. A região sudeste detinha praticamente metade das empresas (46%) seguida pela região nordeste, com 26% de participação.

As atividades econômicas preponderantes neste setor foram o comércio (26%) e serviços de reparação, pessoais, domiciliares e de diversão (20%). Nas grandes regiões estas duas atividades também eram as mais importantes em termos de participação, apenas os percentuais eram diferentes chegando o comércio a representar 1/3 das atividades nas regiões Norte e Nordeste, como mostra a Tabela 3.

Das empresas pesquisadas, 94% tinham um único proprietário e 80% possuíam apenas uma pessoa ocupada, ou seja eram empreendimentos de trabalhadores por conta própria que desempenhavam suas atividades sozinhos, sem sócios ou ajudantes não-remunerados.

Como local de funcionamento, 67% da atividade produtiva eram desenvolvidas fora do domicílio, resultado influenciado pelo peso do comércio, embora nas outras atividades tenha se verificado este mesmo padrão, com exceção das indústri-

6. IBGE (1999), p. 329.

7. IBGE (1999), p. 29.

as de transformação e extrativa mineral, cuja atividade se desenvolvia principalmente no domicílio.

Tabela 3
Distribuição das empresas do setor informal,
por Grandes Regiões, segundo grupos de atividade
Brasil – 1997

Grupos de atividade	Total	Grandes Regiões				
		Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
Valor Absoluto (Total)	9.477.973	513.714	2.484.350	4.334.048	1.464.910	680.952
Participação Relativa	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Indústrias de Transformação e Extrativa Mineral	11,9	12,0	12,9	11,2	11,5	13,5
Indústrias da Construção	15,6	13,2	12,2	16,5	18,9	17,4
Comércio de Mercadorias	26,0	34,2	32,8	23,0	21,7	23,4
Serviços de Alojamento e Alimentação	8,3	8,3	10,1	8,5	4,9	8,2
Serviços de Transporte	6,7	6,8	6,5	6,9	6,7	6,9
Serviços de Reparação, Pessoais, Domiciliares e de Diversões	19,9	18,5	18,4	20,2	21,9	19,9
Serviços Técnicos e Auxiliares	11,2	6,8	6,9	13,2	14,2	10,3
Outros Serviços	0,3	0,2	0,2	0,5	0,2	0,3
Sem Declaração	0,0	-	-	0,1	0,0	-

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de Emprego e Rendimento, Economia Informal Urbana, 1997.

Cerca de 91% das empresas pesquisadas funcionavam todos os meses do ano, e a maioria (87%) não possuía constituição jurídica. As unidades produtivas que informaram o valor de sua receita mensal, na média faturavam R\$1.405,00 em outubro de 1997, as de conta própria tiveram um ganho de R\$931,00 e as de empregadores de R\$4.262,00. Em relação a receita, a região sul apresentou a média mais alta (R\$1.724,00) e a nordeste a mais baixa (R\$849,00).

As empresas que informaram o valor da despesa, na média tiveram um gasto de R\$1.072,00, mas a atividade que apresentou a média mais elevada foi o comércio

com R\$1.872,00. Segundo o tipo de despesa, no geral as empresas gastavam mais com luz, água e telefone e em segundo plano com mercadorias para revenda, mas esse padrão se alterava dependendo da atividade, por exemplo, comércio e serviços de alojamento e alimentação, gastavam mais com mercadorias para revenda, enquanto serviços de reparação, pessoais, domiciliares e de diversão; serviços técnicos e auxiliares e outros serviços tinham maior despesa com luz, água e telefone.

A maior parte das empresas do setor informal (93%) era lucrativa, obtendo R\$629,00 em média, sendo que as atividades que apresentaram lucro mais expressivo foram Outros Serviços com R\$1.579,00 e Serviços Técnicos e Auxiliares com R\$1.388,00. O nordeste também obteve em média o lucro mais baixo (R\$326,00), enquanto o sudeste obteve o mais alto (R\$782,00).

A grande maioria das unidades produtivas pesquisadas (73%) utilizava equipamentos e/ou instalações próprios para desenvolver sua atividade, sendo o maior peso relativo a ferramentas ou utensílios de trabalho. Do total das empresas que utilizavam equipamentos, apenas 16% fizeram investimentos e/ou aquisições no ano anterior à pesquisa, sendo que para isto utilizaram recursos, principalmente, provenientes de lucros de exercícios anteriores (62% das que fizeram investimento). Em média o valor destes investimentos foi de R\$3.767,00 e a atividade que apresentou o nível mais elevado foi a de serviços de transporte, principalmente em veículos. Do total das empresas que fizeram investimentos e/ou aquisições no ano anterior à pesquisa, a região sul teve em média o gasto mais elevado (R\$5.807,00) e a nordeste o mais baixo (R\$2.079,00).

A forma de contabilidade que indicava como estes pequenos empreendimentos registravam suas transações diárias mostrou que grande parte das empresas não possuía nenhum tipo de registro (46%) ou então os proprietários desempenhavam esta função (39%), não utilizando serviços de um contador, prática recorrente em todas as atividades. Justamente por isto, a forma de determinação dos preços dos seus produtos ou serviços mais freqüente era a negociação com os próprios clientes, em quase todas as atividades. As exceções eram o comércio e serviços de alojamento e alimentação que levavam em conta os preços praticados por outras empresas concorrentes. Na região norte, apenas em 5% do total de empresas pesquisadas tinha contador que fazia o controle, percentual que chegava a ser de 22% no sul (Tabela 4).

Tabela 4
Distribuição das empresas do setor Informal,
por Grandes Regiões, segundo forma de contabilidade
Brasil – 1997

Forma de contabilidade	Total	Grandes Regiões				
		Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
Valor Absoluto (Total)	9.477.973	513.714	2.484.350	4.334.048	1.464.910	680.952
Participação Relativa	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Não Registra Nada	46,2	49,5	61,8	38,9	39,6	47,7
Registra Sozinho	39,3	44,8	31,3	43,4	38,7	39,7
Tem Contador que faz o Controle	13,7	5,2	6,5	16,4	21,5	12,0
Outra Forma	0,4	0,4	0,3	0,6	0,2	0,5
Sem Declaração	0,3	0,0	0,1	0,6	0,0	0,2

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de Emprego e Rendimento, Economia Informal Urbana, 1997.

Os indicadores de formalização indicavam que, na média, 66% das empresas pesquisadas não possuíam licença municipal ou estadual, enquanto 34% possuíam o documento. Essa diferença no entanto se tornava menor nas empresas em que a licença era um fator importante para o desempenho da atividade como nos casos de serviços de alojamento e alimentação, serviços de transporte, serviços técnicos e auxiliares e outros serviços. Nestes casos, cerca de 50% das empresas tinham alguma licença. A maioria das empresas (87%) não era filiada a sindicato ou órgão de classe e também não tinha constituição jurídica, padrão que se verificava em todas as atividades. As unidades produtivas que tinham constituição jurídica na maioria das vezes eram do tipo firma individual.

Em termos regionais, novamente destacavam-se as regiões norte e nordeste como as que apresentavam os piores indicadores de formalização. Do total, 71% das empresas do setor informal na região norte não possuem licença municipal ou estadual, e, no nordeste, este número chega a 78%. Quanto à filiação a sindicato ou órgão de classe, mais de 90% das empresas nas duas regiões não eram filiadas e também mais de 90% não possuíam constituição jurídica (Tabela 5).

A clientela das empresas era em sua grande parte (86%) variada e as vendas eram feitas principalmente à vista e a prazo, com exceção das atividades de serviços de alojamento e alimentação, de transporte, de reparação, pessoais, domiciliares e de diversões, além de outros serviços cuja forma das vendas era feita basicamente à vista.

Tabela 5
Distribuição das empresas do setor informal,
por Grandes Regiões, segundo indicadores de formalização
Brasil – 1997

Indicadores de formalização	Total	Grandes Regiões				
		Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
Valor Absoluto (Total)	9.477.973	513.714	2.484.350	4.334.048	1.464.910	680.952
Participação Relativa	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Licença Municipal ou Estadual						
Possui	33,7	28,6	22,3	37,5	44,0	32,5
Não Possui	66,2	71,4	77,6	62,4	55,9	67,5
Sem Declaração	0,1	0,0	0,0	0,1	0,1	-
Filiação a Sindicato ou Órgão de classe						
Filiado	11,8	8,9	6,6	14,2	15,0	11,0
Não Filiado	87,2	91,1	93,4	84,2	84,2	88,1
Sem Declaração	1,0	-	0,0	1,6	0,9	0,9
Tipo de Constituição Jurídica						
Firma Individual	8,7	4,9	5,8	9,4	13,3	7,4
Sociedade ou Cooperativa	4,8	1,2	1,7	6,1	7,7	3,7
Não Tem	86,5	93,8	92,5	84,5	78,9	88,8
Sem Declaração	0,0	-	0,0	0,0	0,0	0,1

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de Emprego e Rendimento, Economia Informal Urbana, 1997.

Em relação à utilização de crédito pelas empresas nos três meses anteriores a pesquisa, os resultados demonstraram que a grande maioria (95%) não utilizou crédito, talvez pela dificuldade de acesso ou então pelo alto custo. Entre aquelas que fizeram uso, a principal fonte dos recursos foram, em primeiro lugar, os bancos, públicos ou privados (43%) e em segundo com amigos ou parentes (32%).

Na avaliação dos proprietários a principal dificuldade enfrentada no ano para desenvolver o negócio foi a falta de clientes, situação generalizada por todas as atividades. Entretanto, como planos para o futuro, 37% das empresas do setor informal, em quase todas as atividades, pretendiam aumentar o empreendimento, com exceção da indústria da construção civil e de serviços de transporte que intencionavam continuar no mesmo nível, embora 54% das empresas tenham apontado que nos 12 meses anteriores à pesquisa, a atividade produtiva tenha permanecido igual, sem grandes oscilações.

A grande maioria das empresas (97%) não recebeu qualquer tipo de assistência técnica, jurídica ou financeira nos últimos 5 anos, as demais receberam orientação, principalmente, de órgãos não ligados ao governo.

4. PESSOAS OCUPADAS NAS EMPRESAS DO SETOR INFORMAL

A distribuição das pessoas ocupadas nas empresas do setor informal, em âmbito nacional, mostrou que 67% eram trabalhadores por conta própria, 12% empregadores, 10% empregados sem carteira assinada, 7% trabalhadores com carteira assinada e 4% não remunerados⁸. A região sudeste apresentou um padrão semelhante, porém nas demais regiões, o único ponto em comum era o fato dos trabalhadores por conta própria constituírem a maioria. Na região sul por exemplo, o número de empregados com carteira era maior do que os sem carteira, já nas regiões norte e nordeste o total de não remunerados era maior do que o de empregados com carteira (Tabela 6).

Tabela 6
Distribuição das pessoas ocupadas nas empresas do setor informal,
por Grandes Regiões, segundo sexo e posição na ocupação
Brasil – 1997

Sexo e posição na ocupação	Total	Grandes Regiões				
		Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro- Oeste
Valor Absoluto (Total)	12.870.421	661.698	3.249.376	5.944.577	2.048.473	966.297
Participação Relativa	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Sexo						
Homens	64,3	65,2	62,3	64,3	66,0	66,5
Mulheres	35,7	34,8	37,7	35,7	34,0	33,5
Posição na Ocupação						
Conta Própria	66,7	70,8	69,6	66,0	65,6	61,5
Empregador	12,2	10,1	9,7	13,1	13,0	14,3
Empregado com Carteira Assinada	6,8	2,8	3,1	7,9	10,8	6,6
Empregado sem Carteira Assinada	10,3	11,7	10,8	10,0	7,7	14,4
Não-Remunerado	4,0	4,6	6,8	2,9	2,9	3,1

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de Emprego e Rendimento, Economia Informal Urbana, 1997.

8. IBGE (1999), p. 31.

O comércio e serviços de reparação, pessoais, domiciliares e de diversão foram as atividades que empregavam a maior parcela dos trabalhadores, 27% e 18% respectivamente. O comércio nas regiões norte e nordeste chegou a empregar cerca de 1/3 da população total ocupada no setor informal (Tabela 7).

Tabela 7
Distribuição das pessoas ocupadas nas empresas do setor informal,
por Grandes Regiões, segundo grupos de atividade
Brasil – 1997

Grupos de atividade	Total	Grandes Regiões				
		Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
Valor Absoluto (Total)	12.870.421	661.698	3.249.376	5.944.577	2.048.473	966.297
Participação Relativa	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Indústrias de Transformação e Extrativa Mineral	13,5	12,2	15,0	12,4	13,7	15,7
Indústrias da Construção	13,8	12,1	10,6	14,6	16,0	15,6
Comércio de Mercadorias	27,4	34,3	33,3	24,9	23,9	25,5
Serviços de Alojamento e Alimentação	9,2	9,0	11,0	9,6	5,8	8,7
Serviços de Transporte	5,7	6,4	5,8	5,6	5,4	5,6
Serviços de Reparação, Pessoais, Domiciliares e de Diversões	18,0	18,3	16,6	18,2	19,8	17,7
Serviços Técnicos e Auxiliares	11,9	7,4	7,5	13,8	15,2	10,9
Outros Serviços	0,5	0,3	0,3	0,7	0,3	0,3
Sem Declaração	0,1	-	-	0,2	0,0	-

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de Emprego e Rendimento, Economia Informal Urbana, 1997.

Na maior parte das categorias predominava o sexo masculino (64%), com exceção de não-remunerados onde era maior o número de mulheres (62%). Segundo o nível de instrução, a maioria (45%) tinha o primeiro grau incompleto, isto se verificava tanto em relação à posição na ocupação, quanto em relação ao sexo.

As pessoas ocupadas, excluindo os proprietários, estavam concentradas em dois grupos de idade: 34% no de 18 a 24 anos e 33% no de 25 a 39 anos. Os homens, na sua maioria, estavam no primeiro grupo (37%), enquanto as mulheres estavam em maior parte no segundo (36%). Do total, 72% tinham vínculo de trabalho por

tempo indeterminado e 59% não tinham nenhuma relação de parentesco com o proprietário da empresa.

Uma significativa parcela (85%) foi trabalhar no empreendimento por intermédio de relações pessoais, estando há pouco tempo na empresa (menos de um ano 43%). Do total, 81% trabalharam de 21 a 30 dias no mês e a maioria (46%) tinha uma jornada de mais de 40 horas por semana.

Na média o rendimento do trabalho das pessoas ocupadas nas empresas do setor informal, sem contar os proprietários, foi de R\$240,00, sendo o dos homens (R\$253,00) superiores ao das mulheres (R\$218,00) segundo todas as características selecionadas: nível de instrução, posição na ocupação e grupos de idade. Por nível de instrução, o rendimento aumentava com o patamar educacional, com exceção das pessoas com segundo grau incompleto que ficou abaixo do rendimento das ocupadas com primeiro grau completo. Segundo a posição na ocupação, os empregados com carteira de trabalho assinada ganhavam mais (R\$290,00) e quanto maior a faixa etária maior era o rendimento (R\$318,00).

Em termos regionais o diferencial de salários entre homens e mulheres chegou a ser de 26% em favor do sexo masculino na região sul. A única região em que as mulheres ganhavam mais do que os homens era a norte. O rendimento do trabalho das pessoas ocupadas nas empresas do setor informal, sem contar os proprietários, apresentou a média mais alta na região sul (R\$295,00) e a mais baixa no nordeste (R\$163,00) conforme apresentado na Tabela 8.

Os proprietários das empresas do setor informal eram na maioria do sexo masculino (66%), 88% não tinham sócios e grande parcela já se tornou proprietário há mais de dez anos.

Cerca de 28% dos proprietários de sexo masculino apontaram o fato de não terem encontrado emprego, como o principal motivo para terem iniciado o empreendimento. Já as mulheres indicaram a complementação da renda familiar como fator mais importante. Esse padrão se verificava também em relação aos proprietários que eram conta própria, porém segundo os empregadores, tanto para os homens, quanto para as mulheres, o principal motivo que os levou a iniciar o negócio foi o desejo de se tornar independente.

Os resultados indicaram que 33% dos proprietários das empresas do setor informal não precisaram de capital para começar o empreendimento, tanto para

os homens quanto para as mulheres. A grande maioria (84%) iniciou o negócio sozinho.

Tabela 8
Rendimento médio do trabalho das pessoas ocupadas nas empresas do setor informal⁽¹⁾,
por Grandes Regiões, segundo sexo e posição na ocupação
Brasil – 1997

Sexo e posição na ocupação	Total	Grandes Regiões					Em R\$
		Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro- Oeste	
Total	240	212	163	255	295	250	
Homens	253	206	170	271	323	264	
Mulheres	218	225	146	228	256	220	
<i>Empregado com Carteira Assinada</i>	290	320	206	292	313	317	
Homens	315	322	219	312	353	345	
Mulheres	261	316	192	270	266	274	
<i>Empregado sem Carteira Assinada</i>	208	187	150	225	271	219	
Homens	222	186	160	246	288	232	
Mulheres	174	187	123	178	237	186	

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de Emprego e Rendimento, Economia Informal Urbana, 1997.

(1) Exclui os proprietários.

A distribuição dos proprietários, segundo os grupos de idade, esteve equilibrada: 42% na faixa de 25 a 39 anos e igual participação na de 40 a 59 anos, porém, enquanto os homens estavam mais presentes na segunda (42%), as mulheres predominavam na faixa etária mais jovem (44%).

O nível de instrução preponderante dos proprietários era o mesmo para ambos os sexos, primeiro grau incompleto. Apenas 26% do total de proprietários tinham nível superior ou segundo grau completo. Este quadro foi semelhante nas grandes regiões, sendo que a que mais se destacou em termos de nível de instrução foi a região sudeste onde 11% tinha o superior completo e 17% o segundo grau completo (Tabela 9).

Do total de proprietários, 57% não eram naturais do município em que residia, porém parcela significativa já morava há cinco anos ou mais. A maior parte (43%) começou a trabalhar bem jovem, na faixa de 10 a 14 anos.

Tabela 9

Distribuição dos proprietários de empresas do setor informal,
por Grandes Regiões, segundo sexo, grupos de idade e nível de instrução
Brasil – 1997

Sexo, grupos de idade e nível de instrução	Total	Grandes Regiões				
		Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro- Oeste
Valor Absoluto (Total)	9.959.065	524.477	2.503.890	4.641.637	1.570.172	718.889
Participação Relativa	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Sexo						
Homens	65,9	65,7	63,3	66,1	68,9	67,0
Mulheres	34,1	34,3	36,7	33,9	31,1	33,0
Grupos de Idade						
10 a 17 Anos	1,4	1,3	2,3	0,9	1,4	1,7
18 a 24 Anos	8,0	8,7	9,9	7,0	7,6	8,7
25 a 39 Anos	42,2	46,0	41,9	42,0	41,4	43,5
40 a 59 Anos	41,5	37,0	38,6	43,2	43,1	40,3
60 Anos ou mais	6,9	7,1	7,3	6,9	6,5	5,8
Nível de Instrução						
Sem Instrução ou menos de um Ano de Estudo	7,7	9,5	16,6	4,1	3,7	8,0
Primeiro Grau Incompleto	46,9	53,2	49,0	45,0	46,3	49,1
Primeiro Grau Completo	12,6	11,3	9,7	14,1	13,5	11,7
Segundo Grau Incompleto	6,6	7,5	5,9	6,3	7,8	7,6
Segundo Grau Completo	15,6	14,5	13,6	16,7	15,9	14,8
Superior Incompleto	2,5	1,4	1,3	2,8	3,7	2,2
Superior Completo	8,0	2,5	3,7	10,8	9,1	6,3
Sem Declaração	0,1	0,2	0,1	0,1	0,1	0,2

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de Emprego e Rendimento, Economia Informal Urbana, 1997.

O rendimento médio dos proprietários do setor informal girava em torno de R\$565,00, sendo que o dos empregadores era maior que o dos conta própria: R\$1.156,00 contra R\$457,00 (Tabela 10). Por sexo, o rendimento dos homens era sempre superior ao das mulheres e a média também aumentava para quem tinha mais de um trabalho. A região com rendimento médio mais alto foi o sudeste (R\$699,00) e o nordeste com o mais baixo (R\$321,00). Deve-se destacar o grande diferencial entre o rendimento de homens e mulheres que era significativo entre os empregados e maior ainda entre os proprietários.

Tabela 10
Rendimento médio de todos os trabalhos dos proprietários de empresas do setor informal,
por Grandes Regiões, segundo sexo e posição na ocupação
Brasil – 1997

Sexo e posição na ocupação	Total	Grandes Regiões				
		Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro- Oeste
Total	565	430	321	699	617	533
Homens	664	495	391	815	712	623
Mulheres	372	304	202	470	407	349
Conta-Própria	457	348	256	577	506	395
Homens	548	402	314	688	589	466
Mulheres	291	251	163	369	329	264
Empregador	1.156	1.003	785	1.315	1.180	1.122
Homens	1.229	1.031	829	1.413	1.281	1.188
Mulheres	958	905	647	1.080	893	904

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de Emprego e Rendimento, Economia Informal Urbana, 1997.

Para os proprietários de empresas do setor informal há menos de cinco anos, que representavam 47% do total, a maioria já havia trabalhado anteriormente. No entanto, o principal motivo para a saída deste emprego era distinto segundo o sexo. Para os homens foi o fato de terem sido dispensados (30%), e, as mulheres alegaram motivos pessoais ou familiares (38%).

A maioria dos proprietários possuía como único trabalho o que desenvolvia no setor informal, visto que apenas 10% tinham mais de um trabalho. Do total de proprietários que possuíam mais de um trabalho, grande parcela era empregada no setor privado com carteira de trabalho assinada no outro trabalho.

Do total de proprietários do setor informal com mais de um trabalho, cujo outro trabalho não era como proprietário do setor informal, cerca de 38% consideraram o trabalho no setor informal como principal e tanto para homens, quanto para as mulheres o motivo preponderante para esta escolha foi obter maior rendimento neste trabalho. Já os 62% que consideraram o setor não informal como trabalho principal, fizeram esta escolha porque o emprego no setor formal era mais estável.

Em termos de postos de trabalho, o setor informal empregava no Brasil cerca de 25% da população ocupada no setor urbano em 1997. De forma geral, num primeiro momento o que levou esses proprietários a trabalharem no setor informal era a dificuldade de encontrar emprego, principalmente no caso dos homens. Porém, grande parte (62%) já estava nesse setor há mais de três anos e tinha como planos expandir a atividade. O que fazia com que essas pessoas almejassem continuar no setor era o rendimento. Como empregados, com um grau de instrução tão baixo, ganhariam no mercado de trabalho, no máximo, até 2 salários mínimos, segundo informações da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) 1997. Já como trabalhadores por conta própria em média recebiam cerca de R\$400,00 e como pequenos empregadores chegava em torno de R\$1.000,00. Deve-se destacar que, cada vez mais, o setor informal representa para seus trabalhadores uma estratégia de sobrevivência em termos de mercado de trabalho.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Procurou-se neste artigo apresentar a metodologia e alguns dos principais resultados captados pela pesquisa sobre o setor informal, realizada pelo IBGE em 1997, em termos de Brasil e grandes regiões. Como já mencionado, existem ainda informações para as unidades da federação e regiões metropolitanas, que podem ser devidamente exploradas posteriormente. Assim como, vários aspectos que foram pesquisados, tanto em termos das características das empresas, como dos proprietários, também devem merecer atenção especial em trabalhos futuros. Uma nova pesquisa deverá se realizar em 2003, o que permitirá um estudo sobre a evolução do setor informal neste período.

Diante do crescimento do setor informal e da falta de informações específicas, a Comissão de Estatísticas da ONU recomendou a formação de um grupo de especialistas que discutissem o tema com o objetivo de desenvolver metodologias e ampliar o conhecimento sobre o setor informal. Foi, então, criado o Grupo de Delhi em 1997, do qual o IBGE participa juntamente com outros países como México, Colômbia, Turquia, Ucrânia e Índia, entre outros e tem apoio da Organização Internacional do Trabalho. Os trabalhos do grupo mostram que diversos países vêm desenvolvendo pesquisas direcionadas diretamente à captação de características de funcionamento dos pequenos empreendimentos.

BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, Rosângela A. P. e BIANCHINI, Zélia M. *Aspectos de amostragem da pesquisa Economia Informal Urbana 97*. IBGE, Rio de Janeiro: 1998, 32 p. (Textos para discussão, n^o 89).

ECONOMIA INFORMAL URBANA 1997. Rio de Janeiro: IBGE, 1999.

ECONOMIA INFORMAL URBANA: MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO - 1994. Rio de Janeiro: IBGE, 1996.

STATISTICS OF EMPLOYMENT IN THE INFORMAL SECTOR - FIFTEENTH INTERNATIONAL CONFERENCE OF LABOUR STATISTICIANS - Report III - 1993. Geneva: International Labour Organization, 1993.